

Recuperação em marcha

Economia -
Brasil

Os sinais de recuperação da economia brasileira são hoje muito mais consistentes do que ao final do primeiro semestre do ano, quando as estatísticas mostraram um perfil mais agressivo do setor industrial. A estagnação econômica, caracterizada pela desativação de parte significativa do processo produtivo, segue-se agora firme tendência para a elevação dos índices de operacionalidade das empresas. Não é acontecimento restrito ao patamar terciário da economia, mas de extensão universalizante, abrangendo o comércio e as múltiplas atividades do campo.

É bem verdade que alguns garrafais estruturais ainda estrangulam as operações mercantis, em razão, principalmente, da escassa elevação do poder aquisitivo dos salários. Em relação às atividades primárias, percebe-se que o seu desenvolvimento continua contido por efeito das limitações do crédito oficial. A despeito disso, os dois setores dispõem atualmente de melhores condições de desempenho, porque a expansão dos recursos monetários de financiamento, conquanto ainda insuficientes, já superam os percentuais de incremento inflacionário.

Pelo sexto mês consecutivo, a partir de março, as taxas de emprego observam ritmo ascendente. Devem fechar o ano com um crescimento mínimo de dois por cento. Trata-se de desempenho

aquém das necessidades do mercado de trabalho, mas que aponta na direção do restabelecimento do equilíbrio e representa, em números absolutos, oferta considerável de novos empregos.

Essa reativação do mercado de trabalho não deve ser medida apenas de forma isolada, uma vez que encerra os efeitos mais visíveis da retomada do crescimento. Este é o dado fundamental que deve ser analisado como sinal de que a economia livra-se das amarras do colapso, a que resvalara desde meados de 1982, para erguer-se sobre novas bases de recuperação.

Por sua vez, a retomada do crescimento constitui o mais importante ponto de partida para conduzir o País às rotas da estabilidade social. É evidente a impossibilidade de destinar à sociedade mais adequados padrões de sobrevivência em meio a uma economia estagnada e bloqueada por inúmeros fatores de desestímulo. Daí inserir-se a retomada do crescimento como prioridade nacional número um. Só o pleno funcionamento do sistema econômico pode gerar as condições de bem-estar social para todos os segmentos da sociedade e produzir poupanças para a indispensável assistência às populações não economicamente ativas.

Também a benéfica conspiração de fatores externos abre melhores perspectivas para o futuro. A tendência de queda nos preços internacionais do petróleo, já as-

sinalada por aquisições dois dólares abaixo das recentes cotações dos mercados tradicionais, terá influência significativa nos esforços contra a marcha da inflação. O Governo espera que os reajustes dos preços internos dos combustíveis sejam, doravante, inferiores aos índices até aqui praticados.

Há que se observar, igualmente, que o menor custo interno da energia petrolifera irá refletir-se positivamente nos preços de produção dos itens da pauta exportadora e, até mesmo, tornar competitivas algumas mercadorias que deixam de ser colocadas no exterior por falta dessa condição. Não é fora de propósito, pois, estimar que o Brasil, persistindo essa conjuntura favorável, irá desobrigar-se mais rapidamente de seus compromissos internacionais, ou pelo menos sem maiores sacrifícios para a economia interna.

Mais que tudo, porém, há francas esperanças de que a reordenação do sistema econômico, na linha dessas perspectivas, colocará a inflação sob controles menos artificiais e, por isso mesmo, não traumatizantes embora eficazes. Aliás, o processo em curso no rumo da estabilização econômica só alcançará êxito pleno se não houver vacilações no combate à inflação. Esta será, com segurança, a mais grave responsabilidade do futuro governante do País, que mereça o sufrágio do Colégio Eleitoral, na votação de 15 de janeiro.